

## OPINIÃO

## Fazer política?



Desviando das questões de fundo que afectam hoje a Instituição Militar (IM), o Ministério da Defesa Nacional (MDN) decidiu agitar o papão de que os militares andam a fazer política. Apesar do esclarecimento feito em directo na televisão pelo presidente da Associação Nacional de Sargentos (ANS) sobre o corte do feriado de 5 de Outubro, o MDN insistiu, distorcendo a verdade. Considera ainda fazer política quando dirigentes associativos falam sobre vencimentos na Função Pública. Este insigne advogado e destacado político, podia

ter amuado por outras razões, mas por estas não faz sentido nenhum. Se qualquer português desfolhar as publicações da IM irá encontrar páginas e páginas sobre factos da nossa história sem que isso seja considerado política. Factos da nossa história que têm leituras diferentes de diferentes historiadores e sectores da sociedade. Ora, falar do corte de um feriado com significado para Portugal, não é algo indiferente para os portugueses, nem indiferente para os portugueses militares que têm como missão primeira a defesa da independência e soberania nacionais, jurada perante a Bandeira da República! Falar dos salários da Função Pública, sector onde trabalham muitos dos cônjuges dos militares, só por intuídos invios pode ser apresentado como qualquer intenção de interferir na vida política nacional.

Posto isto, resta a questão de fundo: os militares e a política. Em nenhuma lei da República consta que os militares não podem fazer política ou expressar-se sobre assuntos políticos. E a razão é simples: é impossível não fazê-lo! Quando se fala das questões de pessoal, fala-se da Política de Pessoal; quando se fala das questões da saúde, fala-se da Política de Saúde, quando se fala de formação, fala-se da Política de Educação. Até de acordo com directivas assinadas pelos Chefes Militares. Tudo o que o ser humano faz é política. Coisa bem diferente é fazer política partidária, como o MDN bem sabe. Mas também aqui é preciso que se diga o seguinte: se uma associação apresenta uma proposta e o PSD fizer dela um projecto de lei, e se for aprovado com os votos contra do PCP e do PS, será fazer política partidária dizer que

o PSD apresentou o projecto e que ele foi aprovado com votos contra? Isto é fazer política partidária ou é informar da verdade dos factos?

A questão de fundo é que a Instituição Militar, tal como o país, tem sido arrastada para uma situação insustentável, havendo contudo responsáveis. Alguém acha possível que as Forças Armadas andem numa espécie de reestruturação permanente, em função de cada governo do PS ou do PSD que toma posse? Quem decidiu reestruturação após reestruturação? Quem decidiu opções de reequipamento com os custos conhecidos e os problemas que têm vindo relatados nos jornais? Quem decidiu afastar a colaboração das Forças Armadas em determinadas áreas de apoio às populações e criar novas empresas, comprando e alugando novos meios, com os custos

inerentes? Alguém ouviu alguma associação tecer algum comentário a essas decisões do poder político, independentemente daquelas que fossem as opiniões dos seus membros? Mas agora, em nome dessas e outras decisões, dizem-nos que congelam promoções, cortam remunerações, cortam nos apoios sociais, ou seja, atingem elementos estruturantes da condição militar, funcionalizam os militares e ainda por cima, vêm dizer que os militares não são funcionários públicos e se não têm vocação para serem militares que "desamparem a loja". Algum português acha possível não dizer nada, não fazer nada? Então o que dizer daqueles que juraram cumprir e fazer cumprir as Leis da República, guardar a Constituição, com a vida se necessário, num compromisso público assumido perante o Povo Português? ■